



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 0181/15

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PROCESSO Nº 002074/15

RELATOR (A): JÓ PEREIRA

Trata-se do Projeto de Lei 124/2015 de iniciativa do Deputado Rodrigo Cunha, projeto de lei que proíbe as empresas de transporte de valores de fazer o recolhimento ou abastecimento em estabelecimentos públicos e privado e dá outras providências.

O presente projeto foi submetido a análise da 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para elaboração de parecer.

Em que pese ser uma iniciativa louvável do legislador, existe uma usurpação de competência, tendo em vista que, o artigo 30, I, da Constituição Federal, atribui competência para os Municípios de legislar sobre assuntos de interesse local, desta forma vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

No mesmo sentido, a Súmula 38 do Supremo Tribunal Federal diz que, é de competência dos Municípios fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial, desta forma vejamos o texto da Súmula.

Súmula 38

É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

PUBLICADO NO D.O.E.
DE 23/11/15
Deputado

SAPL OK
V



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

Outro ponto, é que, compete a Polícia Federal analisar e autorizar matérias que envolva segurança privada de transporte de valores.

Nos termos da Lei 7.102/83, compete ao Ministério da Justiça autorizar o funcionamento de qualquer empresa de segurança, deste modo, o Projeto de Lei em análise possui vício em sua constitucionalidade.

O artigo 20 da Lei 7.102/83, estabelece que é de competência do Ministério da Justiça autorizar

Art. 20. Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal:

I - conceder autorização para o funcionamento:

- a) das empresas especializadas em serviços de vigilância;
- b) das empresas especializadas em transporte de valores; e
- c) dos cursos de formação de vigilantes;

Diante da fundamentação exposta, restou demonstrado que o Projeto de Lei em destaque possui vício em sua constitucionalidade.

CONCLUSÃO

Diante dos fundamentos baseados na inconstitucionalidade, entendo que o Projeto de Lei 124/2015 deve ser rejeitado.

1 - 100


X

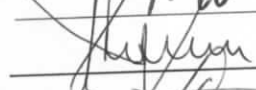
f



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, EM MACEIÓ, 27 DE novembro.
DE 2015.



PRESIDENTE


RELATOR(A)
